TESE INSTITUCIONAL 02

Súmula: A cognição no processo de execução da medida socioeducativa está limitada à verificação do atingimento pelo executado das metas do Plano Individual de Atendimento, sendo ilegal a manutenção da medida por elementos externos ao plano, sobretudo em razão do lapso temporal e da gravidade do fato, ignorando o alcance dos objetivos do PIA. (Redação aprovada pela maioria de 2/3 dos presentes - I Encontro Estadual – 2017)

Proponente: Dra. Cinthia Azevedo Santos

Assunto: Execução de medida socioeducativa; reavaliação de medidas socioeducativas

Fundamentação jurídica:

A execução de medida socioeducativa ainda é uma vertente do Direito pouco explorada e isso torna-a aberta a interpretações das mais variadas, não havendo, muitas vezes, segurança jurídica nas decisões.

Durante o processo de apuração de ato infracional, que tem natureza de processo de conhecimento, a cognição do juízo se baseia na análise da prova de materialidade e autoria (art. 108, p.único, da Lei nº 8069/90). O juízo, na aplicação da medida, também deve analisar, em caso de ato infracional abstratamente passível de repressão por internação, se medida mais branda pode atingir a mesma finalidade (art. 122, § 2º) e, em qualquer caso, se a eventual medida socioeducativa a ser imposta guarda proporcionalidade em relação à ofensa cometida (art. 35, VI, Lei nº 12.594/12).

A cognição judicial realizada no processo de conhecimento já analisou e valorou as alegações das partes e as provas produzidas nos autos, as questões de direito e também as de fato, tendo, portanto, início, meio e fim.

A execução da medida socioeducativa, por sua vez, inicia-se a partir de um título executivo já existente e sobre o qual não se pode refazer aquela cognição. Há nova atividade cognitiva apenas no incidente de reavaliação de medida socioeducativa.

Nesse contexto, o tema central dessa tese institucional é analisar a reavaliação como a realização de um juízo cognitivo, não do fato, mas, sim, da análise do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento (PIA), previsto no artigo 52 e seguintes do SINASE. Partindo-se desse pressuposto, o juízo da execução não tem competência funcional para reanalisar o fato, na medida em que este ponto foi motivado por órgão e fase processual distintos.

O PIA, desde a elaboração do SINASE como política pública, em 2005, positivada como norma obrigatória em 2012, pela Lei n.º 12.594, é, dessa forma, o eixo condutor da execução de medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e liberdade assistida. Quando o PIA é desconsiderado, para se analisar apenas a

gravidade do fato, não há individualização da execução da medida socioeducativa e há usurpação da competência funcional.

Além disso, não é à toa que o artigo 58 do SINASE exige para a reavaliação a apresentação obrigatória de relatório atualizado acerca da “evolução do adolescente no cumprimento do plano individual”.

Analisando-se o artigo 42 da mencionada Lei extrai-se que as reavaliações são obrigatórias e devem ser instruídas como o PIA, bem como “a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, só, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave”. Deve-se ressaltar que esses três elementos são apenas exemplos de argumentos os quais não são idôneos para se determinar a manutenção da medida, pois qualquer elemento diverso das metas do plano deve ser desconsiderado pelo julgador.

Ora, a Lei é expressa ao condicionar a reavaliação a evolução do adolescente no cumprimento da medida, que, em termos práticos, é analisado pela verificação do atingimento das metas do plano – as quais devem ser pactuadas de modo a serem passíveis de avaliação quantitativa e qualitativa. Desse modo, quando o executado cumpre as metas do PIA homologado, ele cumpre a medida imposta e faz incidir o art. 46, II, da Lei n.º 12.594/2012 (extinção do processo pelo atingimento da sua finalidade).

Destaca-se que, para a elaboração do PIA, o respectivo programa tem acesso às peças dos autos de apuração do ato infracional que gerou a execução e que acompanham a guia de execução. Assim, não se ignora a gravidade do fato para determinar a fixação de metas e objetivos durante a execução.

Dessa forma, a manutenção da medida só seria justificada pelo descumprimento das metas do plano, decorrente de conduta voluntária do adolescente, levando-se em consideração o princípio da “mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida” (art. 35, VII, Lei nº 12.594/12).

Grave, portanto, é a manutenção da medida por elementos externos ao PIA, sobretudo, quando se afirma que o lapso temporal cumprido não é proporcional a gravidade do fato, ignorando o PIA.

Fundamentação fática:

A presente tese institucional embasa-se em reiteradas decisões no Foro Central de Curitiba, onde o eixo cognitivo do processo de Execução não é o PIA, mas sim a gravidade do fato em relação a duração temporal da medida, em total afronta ao SINASE. Esse critério também é reproduzido em outras Comarcas do Estado, o que

demonstra a existência de um problema endêmico de desconhecimento daquilo que é o verdadeiro eixo condutor da execução.

O juízo, dessa forma, ignora as metas e objetivos cumpridos e determina a continuidade da medida sem sequer designar audiência para tanto (art. 42, § 1º, Lei nº 12594/12).

Sugestão de operacionalização:

Há mais de uma forma de se operacionalizar o conteúdo da tese.

Inicialmente, deve a Defensoria Pública velar pela completude do PIA e pelo estabelecimento de metas ao executado passíveis de avaliação quantitativa e qualitativa, por meio de impugnação ou pedido de complementação, ao se receberem os autos para manifestação após a apresentação do plano pela entidade de atendimento.

No incidente de reavaliação de medida socioeducativa, deve a Defensoria Pública promover a sua instauração, independentemente do ato infracional atribuído ao executado, com base no atingimento das metas do plano.

Em caso de promoção de reavaliação em desfavor do adolescente ou jovem, com a finalidade de manutenção da medida sem fundamento no descumprimento das metas do plano, manifestar-se, em nome do executado, no sentido de que a reavaliação tenha a sua cognição limitada ao PIA, e, sendo o caso, requerer a extinção da medida, com base no art. 46, II, quando as metas tiverem sido atingidas.

Caso o juízo mantenha a medida por critérios estranhos ao PIA, deve a Defensoria Pública interpor agravo de instrumento e/ou impetrar habeas corpus para que se anule a decisão ou para que, imediatamente, proceda-se à reavaliação baseada na verificação do atingimento das metas do plano.

Por fim, como forma de educação em direitos direcionada à entidade de atendimento, deve a Defensoria Pública orientar as unidades socioeducativas para que elaborem os PIAs de forma ainda mais técnica, observando as diretrizes da Lei de forma que as avaliações sejam aferíveis qualitativa e quantitativamente, por meio de palestras ou workshops de construção de planos nos moldes da lei.